

## ELEIÇÕES APONTAM PARA RETROCESSO DA DEMOCRACIA NA PUC-SP

Quem caminhava pelo campus Monte Alegre na semana passada, dificilmente diria que a universidade estava em regime de eleições gerais para escolha da maioria das chefias acadêmicas. Realizadas à luz de um regimento eleitoral que consagrou princípios que beiram à exceção, as eleições mostraram à comunidade o lado mais obscuro dos novos estatuto e regimento, que em grande parte de seu texto foram elaborados sob circunstâncias externas à universidade, como o Ministério Público, com uma participação exígua da comunidade e precisando da ação policial, em novembro de 2007, para sua consolidação.

Além do festival de impugnações de candidatos que não se adequavam às novas condições eleitorais, a Comissão Eleitoral insistiu em aplicar à risca, normas totalmente avessas àquela que outrora foi conhecida como democracia puquiã e que serviu de referência para outras universidades brasileiras. A exigência de titulação e tempo de casa, para professores que comprovadamente prestaram inestimáveis serviços à PUC-SP, deixou claro que o perfil da universidade mudou e está muito mais próximo da burocratização do ensino do que da valorização do docente.

Na Comfil, o candidato José Arbex Jr. (que após o deferimento da candidatu-

ra de sua chapa pelo Consun teve somente oito horas de campanha), teve suas faixas eleitorais retiradas por ordem da Comissão que aplicou uma norma vigente na eleição passada, estipulando o corredor da Cardoso como território impróprio para propaganda eleitoral. O *PUCviva* também recebeu uma denúncia de que a professora Sandra Rosa Mraz, que concorreu com José Arbex, realizou boca de urna, fato desconhecido da professora Yara Stroppa, presidente da Comissão Central Eleitoral.

Em Sorocaba os funcionários do Hospital Santa Lucinda votaram em separado, e não sabem ainda se seus votos serão computados na escolha do novo diretor da Faculdade. Um recurso de presidentes de Centros Acadêmicos, do campus Sorocaba, pediu que o voto dos funcionários não fosse recolhido, pois o novo Estatuto diz que o Hospital é uma "unidade suplementar".

### CENSURA

No meio de tanta confusão sobrou também para o *PUCviva*, que teve proibida a entrada de seu editor no recinto de votação da Comfil, sob a estranha alegação de que candidatos não poderiam acompanhar a apuração. Um repórter do jornal conseguiu entrar, mas teve a sua presença questionada por uma fiscal da chapa vencedora

### OS NOVOS DIRETORES DE FACULDADES

Fac. de Economia e Administração	Juarez Torino Belli
Fac. de Educação	Neide de Aquino Noffs
Fac. de Ciências Humanas e da Saúde	Maria Amalia Andery
Fac. de Direito	Marcelo Figueiredo
Fac. de C. Exatas e Tecnologia	Luiz Carlos de Campos
Fac. de Filosofia, Com., Letras e Artes	Sandra Rosa Marz
Fac. Ciências Sociais	Maria Margarida Limena
Fac. de Teologia	Ney de Souza
Fac. Ciências Méd. e Saúde	Aguarda a decisão sobre a validade dos votos dos funcionários do Hospital Santa Lucinda

Todos esses fatos deixam para trás os tempos em que a democracia era praticada ativamente na PUC-SP e a comunidade lotava os auditórios para acompanhar os resultados eleitorais.

O atual retrocesso eleitoral não acontece isoladamente, mas colado a fatos como a invasão policial no campus da USP (veja cobertura nas páginas internas) e do fim da exigência do diploma de jornalista, perpetrada pelo Supremo Tribunal Federal, sob a batuta de Gilmar Mendes, que obede-

ce aos desígnios dos patrões da comunicação.

Os novos diretores de faculdade terão assento no novo Consun, que abrigará, se todos os cargos forem preenchidos, cerca de 46 conselheiros. Esses novos conselheiros, porém, terão que se submeter a um novo Conselho Universitário, que está hoje subordinado, nas suas principais decisões, ao Conselho de Administração, Consad, onde a Fundação tem a maioria decisória (veja acima a relação dos novos diretores de unidade).



VEJA NESTA EDIÇÃO OS PROTESTOS CONTRA A INVASÃO DA USP



## PUC EM MOVIMENTO

# Consad mantém a demissão de funcionário

Em reunião no dia 4/6, o Consad (Conselho de Administração da PUC-SP) manteve a demissão do funcionário do laboratório de vídeo, Cristiano Terra Menezes. A decisão ocorreu no dia 4/6, na última reunião do Conselho em que o funcionário foi acusado de consumir drogas ilícitas nas dependências da universidade. Cristiano nega as acusações. Ele também não foi informado por nenhum órgão da universidade de sua demissão, sabendo da notícia através do jornal *PUCViva*. A partir do momento em que soube de sua demissão, procurou por diversas vezes a Reitoria para dar a sua versão dos fatos, e em conversa com o pró-reitor comunitário Hélio Deliberador, argumentou que o que fumava era maconha, e não maconha como foi alegado, e que bebia água ao invés de cerveja. As fotos tiradas pela empresa de segurança Graber, mostram Cristiano tirando do bolso um pacote de tabaco, comumente vendido no mercado. A Reitoria manteve sua posição de demiti-lo.

## PROCESSO KAFKIANO

O funcionário procurou a AFAPUC que prontamente protocolou recurso frente ao próprio Consad pedindo a imediata reintegração do funcionário aos quadros da universidade. O Conselho votou pelo indeferimento do recurso, suspendendo apenas a concretização da decisão até que o funcionário seja ouvido sobre as acusações que está sofrendo. Tal decisão foi tomada após intervenção do

funcionário no Conselho em que lembrou que trabalha na PUC há 20 anos. Nos últimos dez anos teve diversas promoções e ingressou no curso de Filosofia da universidade, em que está no terceiro ano, e é membro também do CAFIL (Centro Acadêmico de Filosofia). Afirmou que não usou nenhum tipo de droga ilícita na universidade e que não teve nenhum acesso as acusações que lhe foram feitas e nem as acusações que sofre. No fim de sua explanação pediu direito a ser ouvido e a ter acesso às acusações, antes que a decisão final seja tomada.

O professor Dirceu de Mello encaminhou uma proposta, aceita pelo Consad, para que Cristiano fosse ouvido no mesmo dia, à tarde, podendo ter vistas do processo poucos instantes antes de fazer seu depoimento e sem a presença de um advogado. A audição ocorreu por volta das 14h30, e contou com a presença do chefe de gabinete da Reitoria, Cláudio Pereira e do pró-reitor de Cultura e Relações Comunitárias Hélio Deliberador, que recolheriam o depoimento do funcionário. A audição ocorreu na sala P-65, Cristiano compareceu, viu o processo, mas não se manifestou, pois não contava com a presença de um advogado para auxiliar suas decisões, solicitando outra data para prestar seu depoimento. A sua decisão foi comunicada ao Consad que pode acatar ou não seu pedido.

## REITOR ESTRANHA

### DEFESA

Durante a reunião do

Conselho o professor Dirceu de Mello manifestou estranhamento pelo recurso protocolado contra a demissão ter sido feito pela AFAPUC e não pelo próprio funcionário. Cabe lembrar que o funcionário não foi notificado da decisão e por isso não pode fazer tal manifestação. A Associação de Funcionários se pronunciou durante a reunião

dizendo que protocolou o pedido mesmo sem saber de quem se tratava por entender que o processo foi conduzido sem o direito a defesa, e é o seu dever enquanto entidade representativa zelar pelos interesses dos funcionários.

Diversas associações repudiaram a decisão, redigindo um documento cuja íntegra reproduzimos abaixo.

## Associações repudiam demissão de funcionário da PUC-SP

A APROPUC, AFA-PUC, CACS, Centro Acadêmico Benevides Paixão e o CASS repudiam veementemente a demissão injustificada do funcionário Cristiano Terra Menezes referendada de maneira unânime pelo Conselho de Administração, Consad, no dia 18/6.

Cristiano é funcionário da PUC-SP há 20 anos, não registrando nenhuma falta grave em seu prontuário. Porém, no Consad de 4/6, ele foi acusado de estar utilizando-se de drogas e álcool, durante o seu expediente de trabalho, num Centro Acadêmico do campus Monte Alegre.

De forma pouco usual na história da PUC-SP a administração da universidade baseou a sua acusação em imagens gravadas pelas câmeras de vigilância, cuja interpretação, segundo o funcionário e várias testemunhas, não correspondiam à verdade dos fatos.

No entanto os participantes do Consad negaram ao funcionário direito de defesa através de um a sindicância onde o funcionário pudesse esclarecer a situação. Pior ainda, apesar de seus reiterados pedidos, o funcionário não havia sido notificado formalmente do teor das acusações que lhe eram imputadas.

Tal atitude configura-se como mais uma violação à Constituição Federal e à Declaração Universal dos Direitos Humanos que prevêem que ninguém poderá ser condenado sem que lhe seja atribuído o amplo direito de defesa.

Por isso exigimos a imediata suspensão da decisão do funcionário aos quadros da universidade para que o mesmo possa continuar desenvolvendo seus serviços à PUC-SP como vem ocorrendo nos últimos 20 anos.

## FALA COMUNIDADE

# Minha querida universidade, não espere mais pelos bárbaros!

A universidade está tomada pela polícia.

A prática policial começa com o regime do exame e das provas, a crença na impessoalidade da razão e nos critérios objetivos que seleciona, separa, classifica e quantifica.

A universidade se acostumou, desde sua emergência, a dizer sobre o fora dela, em preparar dentro dela os que comandam e melhoram a sociedade de uma maneira hierarquizada, em nome da verdade desinteressada, para fazê-la produtiva e justa.

Em determinadas épocas funciona como uma ilha que atrai o continente. É quando ela conversa com os estranhamentos e se vê liberta, temporariamente, da hierarquia e da arrogância. É quando ela libera discursos de contra-poder e catalisa, para dentro e para fora de suas fronteiras, inovações inoportunas às práticas procedimentais. Por alguns instantes, se desvencilha tanto dos dispositivos policiais internos, quanto da governamentalização. Nesse momento, há movimentos e irrupções no relevo que levam à formação de um istmo em direção ao continente. Entram pessoas de fora, sem consentimentos e desprovidos de instrumentos de vigilância normativos ou repressivos. Instala-se um possível.

Na história, essas movimentações acabam redefinindo a ilha e o continente, o istmo submerge e uma engenharia surpreendente restaura a geografia propiciando, por meio de pontes, a entrada de alguns integrantes de setores sociais antes aliçados, segundo critérios de seletividade. Ela se democratiza, promove dispositivos democráticos compensatórios e es-

tabelece um conjunto de regras que recoloca a hierarquia, o procedimento, o reparo à injustiça, com novas responsabilidades e solidariedades acompanhadas de um controle ampliado de entradas e saídas, mais velozes e mais numerosos, e paradoxalmente, mais policiais e governamentalizadoras.

A universidade, hoje, não se restringe a formar a elite e a vanguarda, mas contribuir para a formação de elites secundárias, de acordo com o regime de direitos, para estas responsabilizarem-se pelos controles policiais, sociais, culturais e políticos de comunidades. Mais ainda, se pretende democrática, transformando suas emboloradas aulas em edulcorada educação à distância, via satélite. Assim, mantém e amplifica o regime de governo pelo controle de elites, sobre obedientes, conformados e apiedados cidadãos.

Nosso tempo é o da universidade democrática, avaliadora de produtividade quantitativa e vigiada por polícias repressivas - de farda e estatais ou de terno e privadas -, câmeras e delatores respaldados por regras e mais regras aplicáveis a quaisquer contestações, promovendo a agregação familiar de polícias. Aí as greves tornam-se obstrução à circulação livre dos conformistas. As mobilizações estudantis, em pontas de lança de partidos e organizações para formação e aprendizado de futuros burocratas voltados para a melhoria da sociedade.

Dessa maneira, o que poderia ser inovação se vê confinado à rotinização. Os professores e pesquisadores se resguardam na produtividade, em nome de uma avaliação posi-

va e inquestionável feita pelo Estado. Este também comparece, de tempos em tempos, para a vistoria educacional e com isso provoca um pacto sinistro entre os envolvidos, em função da resposta que o novo mandarinato espera. Tudo gira em torno de uma solução negociada, e quando as sensibilidades afloram não se vê outro jeito senão chamar a polícia repressiva, como medida legal esperada num Estado democrático de Direito. Um enfadonho eterno retorno do mesmo!

Enfrentar a polícia, puxar uma greve, montar comissões para ampliar os espaços de atuação livre entre estudantes, funcionários e professores virou uma balada, uma micareta que acaba em bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha. Não move o conformismo dos colegas e nem abala a empáfia de autoridades que vomitam o seu respeito às regras e sua conduta ética em nome da conservação da instituição, do prestígio de suas pesquisas e da predominância de sua posição no quadro geral da sociedade.

Alimentam uma polêmica estéril em torno de regras, decretos, mandos e desmandos, renúncias e permanências, que nada alteram a existência dos policiais da verdade, do justo e do correto. Monopolizam os mesmos velhos espaços, inalterados, onde se repete a ladainha batida de reformas mais ou menos radicais, mais ou menos capazes de por fim às fabricadas contradições que se complementam e jamais encontram a síntese. Suas autoridades limitam-se a lamentar, esperando que tudo volte ao normal: que os melhores estudantes

permaneçam melhores, que os mais produtivos professores continuem os mais produtivos, que os funcionários mantenham-se funcionais e que a polícia volte quando for necessário. Éta vida besta!

Nunca diga que a polícia é imprescindível ao funcionamento da Universidade, ou sabe, ou deve saber como lidar com as forças em luta. A universidade é um espaço de conversações com minorias numéricas e potenciais para que sejam contempladas as singularidades e as multiplicidades, as inovações e suas conquistas necessárias para dar forma às impacientes liberdades.

Ela precisa ser democrática para apresentar outras versões que ultrapassem a representação e a crença na impessoalidade da razão. Para que um jovem estudante não tema inovar; para que conheça o que se espera dele e possa se revoltar contra isso e contra si próprio; a favor de outros abalos sísmicos que vazem as fronteiras e provoquem a volta do istmo que une a ilha ao continente; que diante das recodificações apareçam as descodificações e diante dos limites e dos limitados avistem-se limiares de outros espaços de extensões a serem habitadas. A universidade não estará mais tomada pela polícia. Está?

"Os bárbaros não vêm, e gente recém chegada das fronteiras diz que não há mais bárbaros.

Sem bárbaros, o que será de você?"

Nu-Sol - Núcleo de Sociabilidade Libertária, Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP

## FALA COMUNIDADE

# Reitoras da USP e da PUC-SP relembram ditadura militar

Diana Assunção e  
Felipe Campos

No último dia 09 de junho, a manifestação de trabalhadores, estudantes e professores em greve da USP foi surpreendida pela invasão da Tropa de Choque, que ao final de nosso ataque atacou os manifestantes pelas costas. Foi uma perseguição desde a Faculdade de Educação, passando pela Praça do Relógio, para terminar com mais bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha no prédio da Faculdade de Filosofia, conhecida como FLCH. Estudantes usaram livros como escudos, outros gritavam "Paraisópolis", relembrando as sangrentas ações policiais nesta comunidade. A Tropa de Choque seguia firme em sua empreitada, que culminou em alguns feridos e na prisão de dois trabalhadores e um estudante. Ainda que grande parte da mídia tente se colocar ao lado da reitora Suely Vilela, para assim permanecer do lado do governador José Serra em plena campanha eleitoral, muitos são obrigados a reconhecer que se tratou de uma atitude truculenta, memorando épocas da ditadura militar no Brasil.

Não podemos deixar de lembrar que em 2007 a PUC-SP foi palco de uma grotesca "homenagem" aos métodos da ditadura. Na época, a reitora Maura Vétris não teve vergonha nenhuma de, após 30 anos sem a entrada da polícia na nossa universidade, fazer o papel de Erasmo Dias, co-

locando a Tropa de Choque para retirar estudantes que lutavam contra o Redesenho Institucional na universidade. Projeto esse que apesar das divergências específicas entre os conselheiros da época, ao qual o Sr. Dirceu de Mello era um deles, todos inclusive Dirceu tinha acordo no geral. Que era reestruturar as faculdades e cursos da universidade, ou seja, manter uma estrutura de poder verticalizada, deixando os conselhos sem representatividade direta e concentrando cada vez mais força política na Fundação São Paulo, depois da grande brecha estatutária que ocorreu em 2006 com a intervenção da Igreja.

Talvez seja interessante, e também necessário, pensar um paralelo entre esses dois acontecimentos, e os rumos da universidade no Brasil, tanto no ensino público quanto no privado. A serviço de quem estão essas reitorias? Representam a comunidade universitária?

Categoricamente podemos dizer que não. Essas universidades possuem estruturas de poder completamente antidemocráticas, onde uma casta da burocracia acadêmica, no caso da USP com seus 800 professores titulares que compõe o Conselho Universitário, ou até mesmo da Igreja, como na PUC-SP com a Fundação São Paulo, são os que decidem os rumos da universidade. Se na PUC o reitor é indicado pela Santa Fé (Vaticano), na USP é indicado pelo governador do Estado. Não chega nem a ser um regime republica-

no, com eleições diretas. Não à toa, na USP, a greve de trabalhadores que já completa 45 dias, toma força com a entrada de estudantes e professores, que vieram reforçar com suas vozes o grito de "Fora PM", mas também exigir a renúncia da reitora Suely Vilela, eleições "diretas já" e abertura de uma estante livre e soberana.

Por outro lado é preciso ressaltar que se na PUC-SP as mensalidades absurdas impedem grande parte dos jovens de estudarem, na USP contamos com o filtro social do vestibular, que deixa os filhos dos trabalhadores fora da universidade. Daí a importância de olharmos para a greve da USP hoje, e não enxergar nela "mais uma greve" ou uma greve com demandas específicas de uma determinada categoria ou setor. O exemplo que mostra a luta dos trabalhadores da USP, há mais de 40 dias em greve, a participação dos professores e estudantes repudiando a ação da polícia e se colocando ao lado dos trabalhadores nas estaduais paulistas e a repercussão nacional que a greve promove hoje, coloca em pauta a discussão de um projeto de universidade.

A greve da USP levanta bandeiras políticas que se colocam na luta contra a repressão que não acontece só na USP, como já foi mostrado nesse artigo, questionando a estrutura de poder nas universidades, na luta contra a burocracia acadêmica que é o princi-

pal canal de ataques às universidades, e a demanda democrática do acesso a universidade dentro de um país que possui a universidade mais elitista e racista da América Latina. Esse exemplo da greve da USP, cada vez mais deve ser difundido nos debates sobre o que é a Universidade no Brasil hoje. E principalmente nas lutas que surgirem daqui para frente e a mobilização permanente que devemos ter para combater o governo Serra, a reitora Suely Vilela e a polícia militar defensora da ordem e a serviço dos comandantes.

É preciso, portanto, cercar de solidariedade a greve dos trabalhadores, estudantes e professores da USP, que hoje se colocam na linha de frente da contestação desse modelo de universidade "para poucos", onde uma minoria privilegiada comanda tudo, enchendo nossa universidade de trabalho precário, expulsando a juventude trabalhadora e negra, contribuindo para a manutenção "de sua ordem". Repudiamos a invasão policial na PUC-SP em 2007 e na USP em 2009. Fora a PM da USP!

*Diana Assunção* é estudante de História da PUC-SP e trabalhadora da Faculdade de Educação da USP, onde foi delegada para o Comando de Greve. Integra o grupo de mulheres Pão e Rosas.

*Felipe Campos* é estudante de Ciências Sociais da PUC-SP e integrante do Movimento A Ple nos Pulmões. Ambos são militantes da LER-QI.

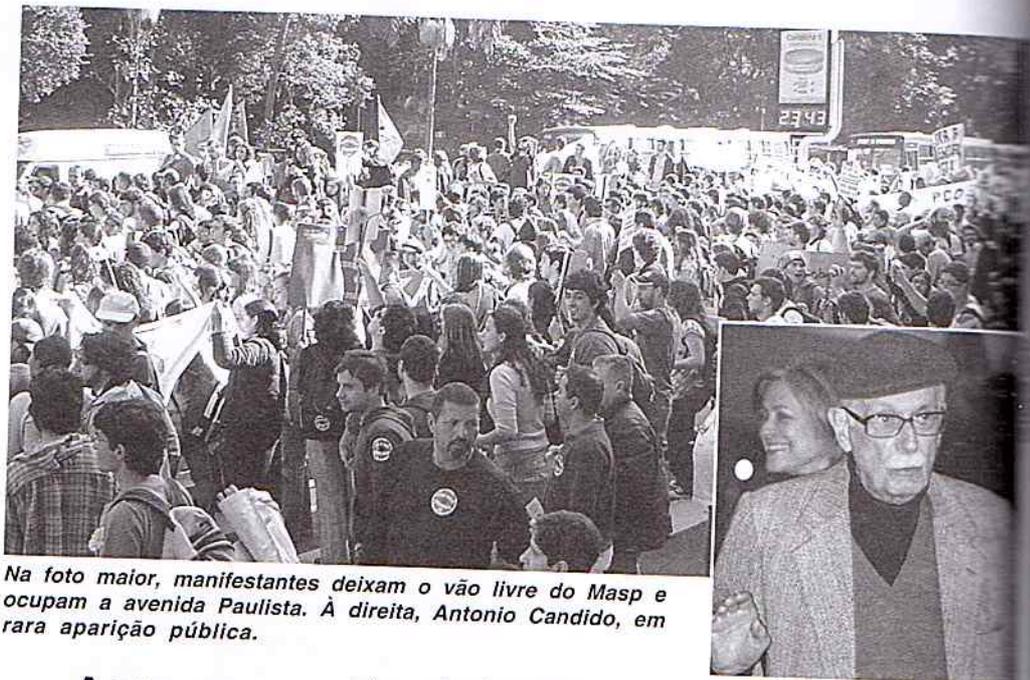
## MOVIMENTOS SOCIAIS

# Ato repudia ação policial na USP

Em resposta à violência policial na Cidade Universitária no dia 9/6, manifestantes da USP, UNESP e UNICAMP saíram às ruas para pedir fim à repressão e reforçar as reivindicações da greve das estaduais de São Paulo. O ato, que ocorreu na tarde do dia 18/6, teve presença de mais de três mil pessoas entre professores, estudantes e funcionários das universidades em greve. Os manifestantes se concentraram no vão livre do MASP, percorreram a avenida Paulista e desceram a avenida Brigadeiro Luís Antônio, até o Largo São Francisco.

Além de centenas de bandeiras e faixas pedindo a saída da reitora Suely Vilela, eleições diretas para reitor e a não permanência da PM no campus, os professores da Universidade de São Paulo levaram centenas de flores que pediam o fim da violência e a retomada do diálogo. Elas foram distribuídas entre os participantes do ato e também entregues às pessoas que cruzavam a passeata. Alguns estudantes da Unicamp usavam chapéus que simulavam balões de diálogo de histórias em quadrinhos, para pedir a volta das negociações.

Para o professor Luis Renato Martins, da ECA, existe uma diferença entre o movimento de ocupação da Reitoria da USP de 2007 e a atual greve. "Esse movimento é ofensivo, ele pede a democracia interna da USP e de todas as universidades estaduais. Também é um ataque frontal à candidatura de Serra à presidência", conclui.



Na foto maior, manifestantes deixam o vão livre do Masp e ocupam a avenida Paulista. À direita, Antonio Candido, em rara aparição pública.

## A VOZ DOS ESTUDANTES E FUNCIONÁRIOS

Muitos estudantes questionavam a abordagem da imprensa corporativa no episódio de violência no campus e enxergavam na manifestação uma possibilidade de esclarecer a sociedade civil. "Esse ato quer mostrar o que está acontecendo, já que a mídia não cobre direito o que se passa, mantendo as pessoas desinformadas. Existe forte repressão da Reitoria na greve dos funcionários e na mobilização estudantil contrária à Univesp", concluiu Lucas Castro, estudante de História da USP e Jornalismo na PUC-SP. O graduando em letras da USP, José Francisco Cabral, seguiu a mesma linha de raciocínio. "A Polícia partiu para cima dos estudantes porque os portões da universidade estavam fechados. Aqui, se bater em estudantes, mostrará sua violência para toda a população". O estudante tam-

bém acha importante que o movimento estudantil se aproxime de pessoas que não estudam na USP, para que possam entender as reivindicações.

A funcionária Dinizete Sousa, da Faculdade de Medicina, acha importante que a manifestação saia da cidade universitária e ganhe as ruas da cidade. Para ela, as pessoas que não são da comunidade uspiana tendem a achar que está tudo bem na universidade, quando ela tem vários problemas estruturais. "A terceirização está escravizando trabalhadores e algumas empresas contratadas têm ligações próximas com professores influentes. Além disso, uma série de fundações privadas faz uso de verba pública", ataca.

## INTELECTUAIS TAMBÉM REPUDIAM AÇÃO DA POLÍCIA

No dia 16/6, Antonio Candido, Marilena Chauí e Maria Benevides, intelectuais renomados da Universidade

de São Paulo, deram uma aula aberta no auditório da FFLCH para cerca de 900 pessoas. Um telão teve que ser providenciado para que mais gente pudesse acompanhar o evento. Os dois professores repudiaram veementemente a ação da polícia no campus e apoiaram o movimento de greve.

O professor emérito Antonio Candido afirmou que a intervenção da força policial no campus da universidade é um atentado aos direitos mais sagrados já que as pessoas podem discutir, debater e agir sem pressão do poder público. Ele também afirmou que é preciso aproximar a universidade da realidade social.

Já a filósofa Marilena Chauí, afirmou que o pedido de Diretas Já para eleições a reitor não é suficiente para a democratização da USP. Ela acredita que é preciso encontrar outra maneira para desestruturar a atual verticalização do poder na Universidade de São Paulo.

## MOVIMENTOS SOCIAIS

# Entidades em todo Brasil repudiam o choque na USP

Chegaram à redação do PUCviva moções de repúdio de diversas entidades contra a repressão da Tropa de Choque e da Polícia Militar na USP. A APROPUC escreveu uma moção que manifesta repúdio à intervenção da polícia em assuntos universitários (na íntegra, nessa página).

O CASS também enviou uma moção de repúdio a entrada da PM na USP, em que "repudia a intervenção da Polícia Militar no campus da USP Butantã. Os acontecimentos são lamentáveis. Os estudantes, professores e funcionários, de forma democrática estão promovendo ações para reivindicar direitos e combaterem as arbitrariedades promovidas pela Reitoria e o Governo Serra".

O ANDES (Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior) afirmou que a reitora Suely Vilela, ao chamar a PM para o interior da universidade, a pretexto de coibir piquetes dos funcionários em greve por melhoria das condições salariais e de trabalho, transformou o campus universitário, lugar por excelência de ensino, de formação e produ-

ção de conhecimento, onde deve vigorar o debate democrático, em um campo de guerra".

A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social (ABEPSS) se pronunciou ao dizer "Repudiamos essa atitude da Reitoria e do Governo do Estado de São Paulo e nos somamos ao chamado da ADUSP, à sociedade

brasileira e à comunidade acadêmica em geral, exigindo: a saída da polícia do campus, a libertação dos presos e a abertura imediata das negociações em torno da pauta de reivindicações da greve".

O Centro Acadêmico Benedito Paixão manifestou também repúdio às ações "Defendemos que a comunidade universitária deve ter participa-

ção nos rumos da universidade, diferente do que ocorreu no caso da imposição do projeto Univesp, sem discussão qualificada entre estudantes e professores". A ENECOS (Executiva Nacional Comunicação Social) disse que "as desocupações violentas contra estudantes ocupados nos últimos anos, mostram que a luta dos estudantes não é isolada".

## Moção de repúdio da APROPUC

A diretoria da Associação dos Professores da PUC-SP (APROPUC) vem manifestar sua solidariedade aos professores, estudantes e funcionários da USP, que estão mobilizados desde o dia 5/5, e que realizam uma greve conjunta em torno da reposição salarial e condições de trabalho. No dia 9/6 foi realizada uma mobilização pacífica dos estudantes, funcionários e professores da USP, UNESP e UNICAMP para a retirada das tropas policiais que desde 29/5 ocupam a universidade violando a autonomia universitária. De forma arbitrária e violenta,

por determinação da reitora da USP Suely Vilela, em consonância com o Governo Serra, a polícia reprimiu, em 9/6, barbaramente a manifestação da comunidade universitária e invadiu o Campus do Butantã, permanecendo dentro do mesmo. Cenas como estas, são iguais e até superiores às presenciadas no período de terror da ditadura militar. Repudiamos veementemente essa atitude da Reitoria e do Governo do Estado de São Paulo e nos somamos ao chamado da ADUSP, do SINTUSP e do movimento estudantil exigindo a saída da polícia do campus, a libertação dos presos -

entre eles Claudionor Brandão, trabalhador da USP, demitido em dezembro de 2008, por perseguição política da reitora Suely - e pela abertura imediata das negociações em torno da pauta de reivindicações da greve. Solicitamos a tod@s que se somem ao repúdio contra a repressão na USP proporcionada pela Reitoria e governo Serra, enviando e-mails para [gr@usp.br](mailto:gr@usp.br) e [forapmusp@yahoo.com.br](mailto:forapmusp@yahoo.com.br), se solidarizando com os estudantes, funcionários e professores pela defesa da autonomia e democracia universitária.

## Evento debate experiência de fábrica ocupada

Em evento realizado no dia 18/6, na sede da APROPUC, foi discutida a experiência da fábrica cearense da Zanon, que durante a crise de 2001, na Argentina, passou para as mãos dos seus operários.

O evento contou com a participação de Graciela Lopes, que embora não sendo operária da fábrica, participou ativamente do processo.

A fábrica passou ao controle operário quando parecia que seu fim estava próximo. Os donos da empresa decretaram a falência da mesma e os trabalhadores imediatamente pediram vistas da contabilidade e detectaram que a empresa recebia milhões de pesos em subsídios do governo argentino.

Os operários decidiram tomar a fábrica e fazer uma gestão participativa, na qual



Graciela, ao centro, conta suas experiências aos presentes no debate

os próprios trabalhadores decidem seu futuro. "Dentro da fábrica parecia que estava-

mos numa sociedade socialista, sem patrões", disse Graciela.

# ROLA NA RAMPA

## Supremo decide fim da obrigatoriedade do diploma de jornalista

Por oito votos a um, o Supremo Tribunal Federal decidiu pelo fim da obrigatoriedade do diploma de jornalista para o exercício da profissão. A decisão consagra o pleito dos grandes conglomerados da comunicação do país, que há anos lutam pelo fim das conquistas profissionais da categoria. Não por acaso a decisão vem sob a batuta de Gilmar Mendes, que vem se notabilizando por decisões contrárias aos interesses dos trabalhadores

brasileiros. Para o chefe do departamento de Jornalismo Hamilton Octávio de Souza, "há anos que as empresas jornalísticas fazem campanha contra a exigência do diploma, agora elas ficam liberadas para contratar quem bem entenderem no grande exército de reserva do mercado brasileiro, aumentando a pressão para rebaixar ainda mais os salários, sem o menor respeito aos pisos salariais conquistados pela categoria profissional".

## Seminário discute mundo do trabalho

No dia 25/6, a partir das 10h, na unidade do Coageae, ocorrerá o seminário *O Mundo do Trabalho e o Desafio da Inclusão Social*, organizado pelo projeto Nós do Centro, Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e pela PUC-SP. O objetivo do evento é analisar e debater criticamente o mundo do trabalho e os desafios para inclusão social.

## Semana de Artes do Corpo

A 6ª Semana de Artes do Corpo acontecerá do dia 22 a 25/6, com debates, apresentação de pesquisas dos grupos de performance, dança e teatro, além de outras criações e intervenções - sempre criativas e já conhecidas pela comu-

## Fundação Ginsberg comemora 20 anos

A Fundação Aniela e Tadeusz Ginsberg comemora seus 20 anos com a palestra Pesquisa Intercultural em Psicologia, com o professor Arrigo Leonardo Angelini (Bradley University, EUA). Na ocasião também será promovido a cerimônia de entrega do 18º Prêmio Aniela Ginsberg. O evento ocorrerá no dia 22/6, às 17h, no auditório 134-C, Prédio Novo.

nidade. O tema da vez é *Num corpo só*, que visa refletir sobre o papel do artista do corpo na sociedade e na universidade. Programação completa e outras informações em [www.semanadadasartesdocorpo.blogspot.com](http://www.semanadadasartesdocorpo.blogspot.com).

## Psicanálise e capitalismo

Nos dias 26/6, às 19h30, e no dia 27/6, às 9h, acontecerá o simpósio *Psicanálise e Crítica do Capitalismo: in-*

*terlocuções com outros campos do saber*, no auditório 333, Prédio Novo. Mais informações em 3670 8520.

## Encontro regional de comunicação mobiliza estudantes

No feriado de 11 a 14 de junho, em Canoas, cidade gaúcha a 22 km do centro de Porto Alegre, aconteceu o Erecom Sul e SE 1 - Encontro Regional de Comunicação Social de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Durante os quatro dias do Encontro, os estudantes participaram de palestras e grupos de discussão que debateram a comunicação no Brasil, o ensino e a formação de profissionais da área, as relações humanas que criam e perpetuam opressões sociais. Temas mais candentes como o ENADE, a obrigatoriedade do diploma do jornalista e a Conferência de Comunicação, também foram discutidos, buscando alternativas de transformação social.

Na última semana de maio, um novo encontro será realizado pela Executiva Nacional de Estudantes de Comunicação Social (ENECOS), mas, desta vez, em âmbito nacional. Com sede em Fortaleza (CE), o Enecom - Encontro Nacional de Estudantes de Comunicação - mobilizará futuros comunicadores de todo o país, proporcionando um rico espaço de discussão e relações sociais. A todos os interessados, o C.A. Beneditos Paixão está articulando a ida para o Encontro. Mais informações com os coordenadores regionais da ENECOS: Gabriela (gabmoncau@uol.com.br), Paula (pauladepaula2@hotmail.com) e Caio (caiozimer@yahoo.com.br).

## Última semana para assistir ao Fingidor

Esta é a última semana em que a premiada peça *O Fingidor* fica em cartaz no TUCA. Dirigida por Samir Yazbek, o espetáculo completou dez anos de carreira, acumulando várias premiações. A peça narra os últimos dias de vida do poeta Fernando Pessoa, numa

narrativa ficcional, onde estão presentes os três maiores heterônimos que compõem a obra do poeta. As apresentações finais acontecem sexta e sábado, às 21h30, e domingo, às 19h, com preços de R\$ 10 para professores, funcionários e estudantes da PUC-SP.

## AFAPUC nomeia comissões eleitorais

A Associação dos Funcionários Administrativos da PUC-SP, AFAPUC, acaba de divulgar os nomes que comporão as duas comissões eleitorais, responsáveis pelo processo de organização e apuração das eleições para diretoria e Conselho Fiscal da entidade representativa dos funcionários de 2009 a 2011 e para as representações administrativas

nos conselhos da universidade. Ronaldo Martins, Maria Aparecida Alves de Souza, serão os responsáveis pelas eleições da AFAPUC, enquanto Margarida Maria Silva Couto e Rivaldo Carlos de Oliveira coordenarão o processo de organização dos funcionários para os conselhos superiores, câmaras de pesquisa e conselhos de faculdade.